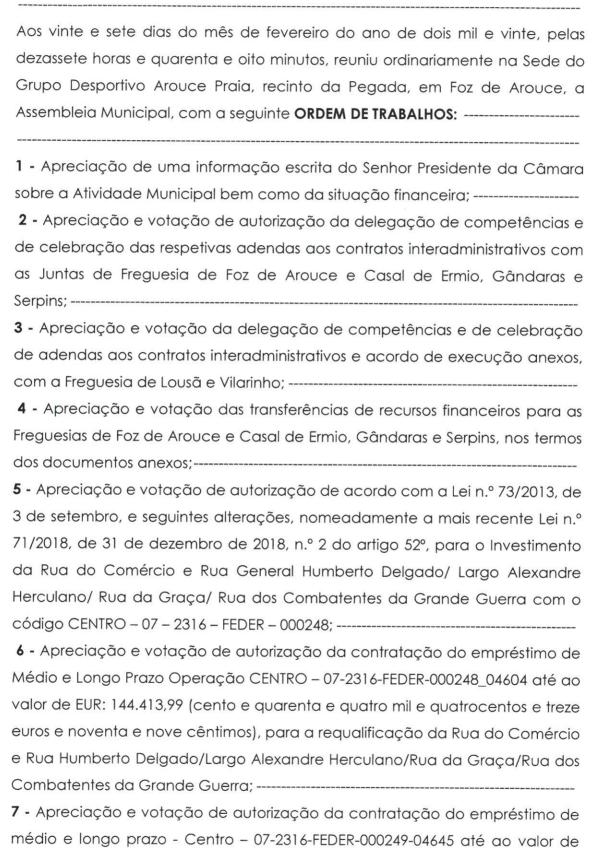
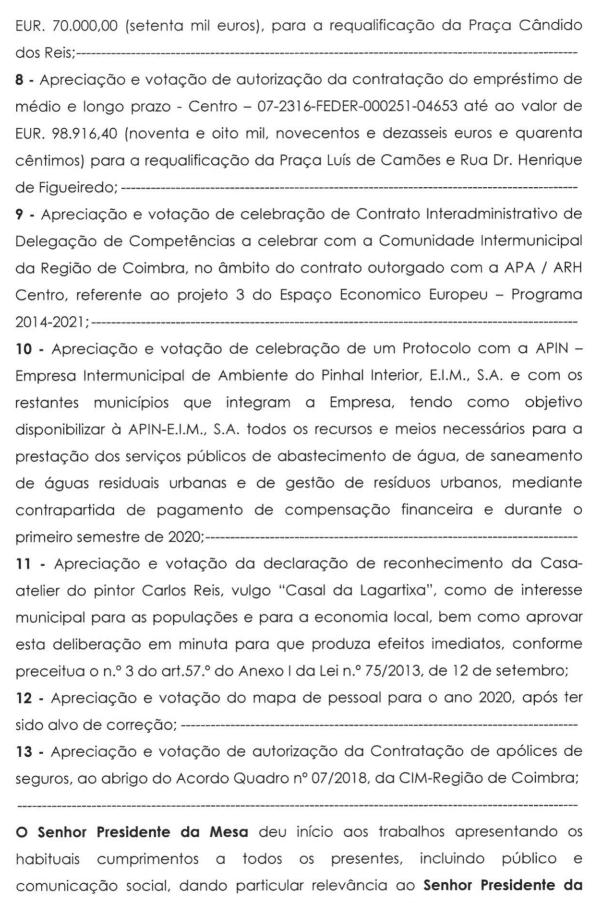
# Mary Mary

### Ata Número Treze



We duy



Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio, Henrique Lourenço e

Me our

ao Grupo Desportivo Arouce Praia, na pessoa de António Carvalhinho, pelo acolhimento e colaboração prestados e cedência das instalações para a realização desta assembleia municipal descentralizada.-----

Feita a chamada, verificou-se a ausência de Isabel Maria Seco Neves, que justificou a falta e foi legalmente substituída por Marco Aurélio Sequeira, Raquel Simões, que justificou a falta e foi legalmente substituída por Paulo Simões e António Rodrigues, que justificou a falta e foi legalmente substituído por Ana Araújo, que justificou a falta e foi legalmente substituída por Marco Antunes que justificou a falta e foi legalmente substituído Pedro Tiago Brás Francisco Dias, do PS. Nuno Marque, que justificou a falta e foi legalmente substituído por Sérgio Pedroso, Maria Carolina Henriques, que justificou a falta e foi legalmente substituída por Luís Marques, que justificou a falta e foi legalmente substituído por Mariana Carvalho, que justificou a falta e foi legalmente substituída por António Agostinho de Carvalho e João Duarte, que justificou a falta e foi legalmente substituído por Rosário Agostinho, que justificou a falta e foi legalmente substituída por Joana Santos, que justificou a falta e foi legalmente substituída por Elsa Clara Lopes, do PSD. Carlos Honório que justificou a falta e foi legalmente substituído por Aires Ventura, do BE e a Senhora Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras que justificou a falta e foi legalmente substituída por Natálio Miguel L. Almeida. -----

# INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: ----

Inscrições: Luís Trota, Paulo Magro e Filipe Amado.----

Luís Trota, residente no lugar do Freixo, veio questionar para quando está prevista a reversão da Junta de Freguesia de Vilarinho e será possível para as próximas eleições autárquicas já poderem votar na sua própria freguesia, conforme desejo de todos os Vilarinhenses.-----

**Paulo Magro**, residente na Lousã, apresentou duas questões dirigidas ao **Senhor Presidente da Mesa** que se reportam ao Regimento da Assembleia Municipal em articulação com o Código do Procedimento Administrativo no que se refere a "Impedimentos e suspeições". Perguntou, também, se foi feita alguma convocatória da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Seguidamente, sobre a APIN,

322

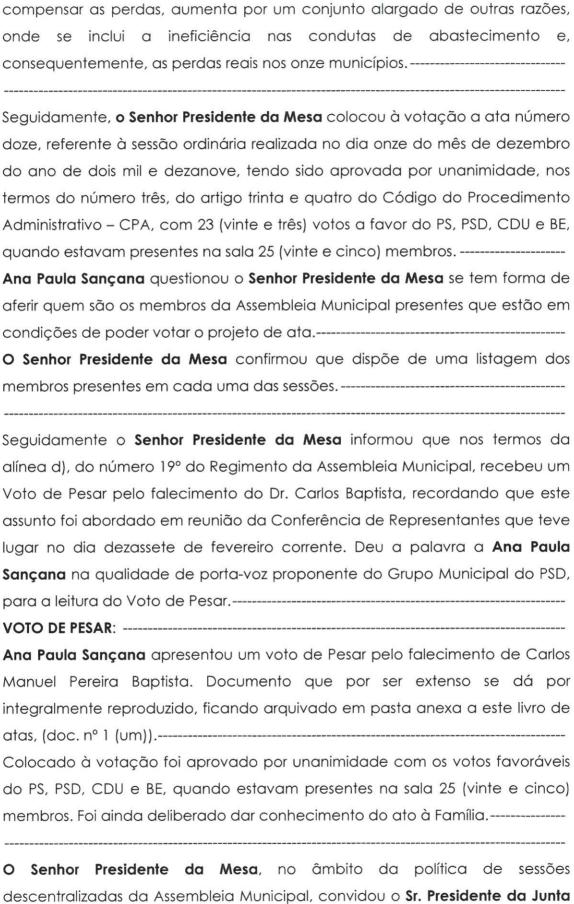
manifestou-se a favor da constituição da empresa intermunicipal, porque, no seu entendimento vai-se ganhar em escala, e porque esta adesão foi aprovada pelos órgãos executivo e deliberativo. Deixou, no entanto, questões que se prendem com o tarifário a aplicar aos consumidores dizendo que os preços não devem ser aumentados, mas sim a eficiência do sistema todo, evitando as perdas de água. Perguntou se a APIN já remeteu á ERSAR os precos que pretende aplicar e se já obteve resposta, e, em caso de concordância entre as duas entidades se os tornou vinculativos. Acrescentou ainda que contrariamente ao que é afirmado, os preços que a APIN venha a aplicar devem passar pelo crivo dos municípios que a compõem. Concluiu a sua intervenção dizendo ainda que tem conhecimento de que a APIN já está a trabalhar, e bem, porque já estão quatro candidaturas aprovadas. -----Filipe Amado, residente em Vilarinho, usou da palavra para reforçar a intervenção de Luís Trota e perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se tem notícias recentes, do Poder Central, sobre a reversão da Junta de Freguesia de Vilarinho. Afirmou que a união de freguesias de Lousã e Vilarinho foi desajustada para a realidade que têm, quer pela sua dimensão quer pela área habitacional. Disse compreender a Senhora Presidente de Junta, porque não é fácil chegar a toda a freguesia, conforme está, nomeadamente, em termos de limpezas e por último questionou o ponto de situação do saneamento para a Rua de S. Cosme – Vilarinho. -----O Senhor Presidente da Mesa em resposta às questões que lhe foram diretamente endereçadas agradeceu a intervenção de Paulo Magro e informou que em tempo oportuno será analisado o conteúdo da sua intervenção e serão feitos os ajustamentos e ou alterações, caso se verifique essa necessidade, dando cumprimento e em conformidade com a lei em

O Senhor Presidente da Câmara em resposta às questões que lhe foram colocadas disse: sobre a restituição da Freguesia de Vilarinho, não dispor de mais informações para além das já anunciadas em sessões anteriores. Informou, no entanto, que teve uma reunião em janeiro, com o Senhor Secretário de Estado que lhe disse que existe a perspetiva do governo propor á Assembleia da República que legisle no sentido de se concretizar essa possibilidade. Não obstante, será necessário melhorar alguns aspetos de uma

proposta de lei que já estava elaborada pelo anterior governo e esse trabalho ainda não foi executado. Das informações que leu, decorrentes do último congresso da ANAFRE, esta situação também foi abordada, e o governo afirmou que este processo seria para resolver até às próximas eleições autárquicas. Assim sendo, se entretanto forem desenvolvidas com celeridade as diligências necessárias entre o Governo e Assembleia da República tudo aponta para que esteja tudo pronto em tempo para as próximas eleições autárquicas. Sobre a instalação de rede de saneamento na Rua da Gândara S. Cosme, informou que neste momento e de acordo com as perspetivas de investimento próximo, não está prevista intervenção, nomeadamente, no âmbito das candidaturas que foram elaboradas pela APIN. Em relação às questões que foram levantadas sobre os tarifários daquela empresa intermunicipal e à remessa dessa informação à ERSAR e submissão aos órgãos do município, informou que o tarifário já foi aprovado pelos órgãos Executivo e Deliberativo em dezembro do ano de dois mil e dezoito, aquando da aprovação da adesão/integração da Câmara Municipal à APIN, e foi, posteriormente, remetido por aquela empresa intermunicipal à ERSAR. Referiu as sete candidaturas que já foram aprovadas especificamente para o Concelho da Lousã com um investimento global estimado em um milhão e seiscentos mil euros e uma outra candidatura com componente na globalidade dos municípios com incidência também na Lousã que serão executadas nos anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um. Informou que a partir de setembro deste ano, será dado início às empreitadas no Concelho da Lousã. Destas candidaturas aprovadas, uma delas, diz respeito á Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio, com possibilidade de concretização das redes de drenagem residuais e abastecimento de água, na Ponte Velha. Um dos objetivos principais e bem mensurado por parte da APIN, é o combate às perdas para que nos próximos dez anos se consiga reduzir em vinte e um por cento das perdas existentes na globalidade das redes dos onze municípios. Acrescentou que nos tempos mais próximos e, em investimentos específicos na renovação de rede e combate às perdas, nomeadamente, em locais que está devidamente identificada a perda e necessidade de intervenção, no Concelho da Lousã, estão aprovados já investimentos num montante superior a vinte mil euros. Informou, também, que o tarifário não aumenta para

Michina Constitution of the Constitution of th





de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio, Henrique Lourenço, a usar da palavra.-----

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio interveio cumprimentando todos os presentes e agradecendo as palavras calorosas de encorajamento, preocupação e desejo de restabelecimento que recebeu de todos quantos tiveram conhecimento do seu estado de saúde. Agradeceu a realização da sessão da Assembleia Municipal no espaço gentilmente cedido pelo Grupo Desportivo Arouce Praia, na pessoa de António Carvalhinho e em nome de todo o Executivo da Junta de Freguesia endereçou a sua gratidão pelo gesto de colaboração. Seguidamente, fez um balanço do mandato por tudo o que tem sido feito e falta executar. Enunciou tudo o que foi executado durante todo este tempo de mandato e disse que convidou os membros da assembleia de freguesia a visitar, no terreno, as obras de maior relevância, nomeadamente: asfaltamento da travessa da Rua Central de Pousafoles, e asfaltamento da travessa que liga a Rua Sebastião Fontes á rua de Vale Sancho, calcetamento e arruamento da parte nova do cemitério de Foz de Arouce, construção de um novo parque de estacionamento de apoio á Praia Fluvial da Bogueira com capacidade aproximada para cinquenta viaturas ligeiras, a construção de uma nova prancha de saltos para a água, a repavimentação da Rua da Fonte, em Framilo, assim como a construção de valetas em cimento na mesma rua e na rua do fundo em toda a sua extensão. Deu nota de obras de melhoramento entre o edifício e construção de uma nova garagem, e repavimentação da Rua da Tapada, em Casal de Ermio e concluiu dizendo que continuam empenhados em cumprir com aquilo que se comprometeram. Apelou ao Senhor Presidente da Câmara, para a resolução do problema que persiste e tende a arrastar-se que é a devolução do edifício da Casa do Povo e desejou que a Câmara Municipal, em conjunto com o Instituto de Segurança Social, possam chegar a acordo, porque a comunidade local continua a assistir á degradação daquele imóvel que poderia estar a ser usado em atividades a favor de todos os fregueses. Deu ainda conhecimento do estado em que se encontra o piso da Rua da Escola, que é uma das artérias com mais movimento, porque, para além dos moradores serve o Centro de Dia, Museu do Circo e a Igreja Matriz pela sua retaguarda, como tal solicitou rápida

Mily .

repavimentação. A concluir desejou que os trabalhos decorram da melhor forma e que se sintam bem acolhidos na sua freguesia. -----CORRESPONDÊNCIA: -----O Senhor Presidente da Mesa a dar conhecimento de uma comunicação remetida pela Senhora Presidente da CPCJ Lousã, dando conta da renovação do mandato da Comissão Alargada da CPCJ da Lousã por mais três anos dos cidadãos: Manuel Rodrigues da Silva Simões, Fernanda Maria Pires Seco da Silva Brito e Ana Paula Martins de Jesus Rodrigues. A assembleia tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. n° 2 (dois)). -----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: ------Inscrições: Aires Ventura, Conceição Loureiro, Elsa Lopes, Joaquim Seco, Sérgio Pedroso, Marco Aurélio, António José Gonçalves, Margarida Correia, Ana Sançana e João Pedro Melo.-----Aires Ventura usou da palavra para se referir a diversos assuntos, começando por dizer que depois do início das obras de requalificação, na Lousã, em frente ao mercado, no estacionamento ao lado da Escola Profissional da Lousã, reparou, agora, que foi dado o nome de Praça Luís de Camões, entendendo que "é um absurdo dar o nome de uma figura tão importante a um parque de estacionamento, porque aquilo não tem estilo nenhum de praça", motivo pelo qual solicitou que o Executivo Municipal fizesse uma correção/alteração. Seguidamente, fez um reparo á falta de cobertura de rede móvel na serra da Lousã, solicitando que o Senhor Presidente da Câmara insistisse com as operadoras no sentido de ser corrigida esta questão que entende como relevante, inclusivamente, para operações de socorro, se for o caso. Deu nota que leu uma notícia publicada no jornal Diário de Coimbra que dizia que o Município da Lousã já replantou sessenta e cinco hectares com setenta e oito mil árvores, por isso, perguntou em que zonas é que foram feitas essas plantações e que tipo de árvores, porque na mesma notícia adiantava que foram plantadas mil árvores da zona de Vale da Ursa. Por último, disse que esta

semana a Comissão Europeia fez várias observações sobre a ferrovia em

Micoury West

We of

Conceição Loureiro começou por cumprimentar a todos com particular destaque ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio a quem manifestou todo o seu apoio e desejou rápida recuperação para que possa dar continuidade ao exercício do seu mandato como tem vindo a fazer até este momento. Em seguida, valorizou a descentralização das sessões da Assembleia Municipal dizendo que devem continuar a seguir esta política, porque é neste âmbito que os problemas que vão surgindo e outros que as populações têm, podem mais rapidamente chegar ao conhecimento do Órgão Executivo. Enquanto representante da CDU, deixou uma chamada de atenção ao Executivo reiterando a necessidade de todos os Lousanense terem informação contínua e transparente sobre o andamento do processo de transporte entre Serpins e Coimbra.

Elsa Lopes usou da palavra dizendo que através das redes sociais e comentários de rua, tem lido e ouvido comentários de que estão a ser executadas obras em alguns locais da Lousã dispensáveis em detrimento de outras necessidades. Relativamente ao estacionamento na Praça Luís de Camões, questionou se vão ser colocados parquímetros. Disse que tinha uma dúvida para a qual solicitou esclarecimentos em relação á aprovação da alteração ao alvará de loteamento do requerente Lidl e Companhia, na sessão ordinária desta assembleia, realizada em vinte e oito de junho do ano de dois mil e dezoito, presumindo que não estava mencionada na referida alteração a entrada e saída do parque de estacionamento terem sentidos diferentes. Recordou, ainda, que na sessão ordinária desta assembleia, realizada no dia vinte e seis de setembro do ano de dois mil e dezanove, questionou o Senhor Presidente da Câmara no Período Antes da Ordem do Dia

May V

se existia algum projeto para a marcação, limpeza e iluminação da via que liga às aldeias serranas tendo-lhe sido dito, na altura, que a Estrada Nacional 236 Lousã – Castanheira de Pera, estava identificada e que a Câmara Municipal iria proceder a intervenções, em tempo oportuno. Tendo em conta a ocorrência de vários acidentes graves perguntou, agora, se não será oportuno agir. Aproveitou para sugerir esta estrada como via de sentido único, porque é difícil o cruzamento de duas viaturas em todo o troço.-----Joaquim Seco começou por saudar a todos com particular ênfase ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio felicitando-o pela sua postura, pela proximidade e entrega á causa pública. Em seguida, referiu-se ao reaver do Estatuto de Freguesia de Vilarinho assunto que muito se tem falado nesta assembleia. E, em nome pessoal e á semelhança da generalidade dos vilarinhenses afirmou veementemente que "vivemos numa revolta pela imposição feita a Vilarinho do enorme insucesso e percurso da união em que a generalidade dos vilarinhenses não escondem o desagrado. Somos civilizados, não fomentamos a guerra, detestamos a discórdia, mas, a nossa revolta e as nossas atitudes de refutação só terão fim quando se fizer justiça pelo Estatuto do reaver da Junta de Freguesia de Vilarinho. Não conseguimos esconder a triste realidade que vivemos porque, quando não se está bem, não fazemos de conta... o concelho perdeu e de facto, foi muito mau para toda a região". Pediu que sejam demonstradas as mais-valias que advieram desta união de freguesias. Afirmou ainda que em dois mil e treze, na Junta de Freguesia da Lousã, desejou o maior sucesso ao Executivo, mas sublinhou que a generalidade não acreditava na imposição. Concluiu dizendo que logo que seja proposto aos vilarinhenses, e á Comissão Instaladora, como órgão de transição para concorrer às próximas eleições autárquicas, haverá gente de mais interessada para se associar ao renascer de Vilarinho e o Movimento Cívico Refutar continuará fiel ao objetivo a que se tem proposto, motivo pelo qual renovou o pedido para acelerarem este processo. -----

Sérgio Pedroso interveio começando por questionar o Senhor Presidente da Câmara em que estado é que se encontra o processo da restituição do estatuto da Freguesia de Vilarinho, e dizer que aguarda por breves e boas notícias. Aproveitou o momento para, em nome pessoal, congratular o

município pela manutenção das etapas do Rally de Portugal, porque segundo os dados recentes, trouxe um grande retorno económico-turístico ao Concelho da Lousã e deu ainda os parabéns aos diversos atletas de várias coletividades do concelho que com o seu esforço têm engrandecido o nome da Lousã.-----

Marco Aurélio referindo-se á necessidade de obras de melhoramentos da Escola Secundária da Lousã questionou o Senhor Presidente da Câmara se existe alguma perspetiva de realizar uma intervenção e, em caso afirmativo, qual o ponto de situação do processo.-----

António José Gonçalves endereçou algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente, qual o valor adjudicado às duas empresas que colocaram os enfeites/iluminação de natal, cintando: a "bem da inovação, embora não tivesse visto nenhuma inovação, antes pelo contrário, disse ter visto enfeites de natal caídos, baixos e alguns nem tão pouco acenderam". Por outro lado, disse não compreender tantas empresas envolvidas, ou seia, as duas empresas a quem foi adjudicado o trabalho e outras de subempreitadas. Perguntou, porque é que só no dia um de fevereiro é que começaram a retirar os enfeites/iluminação de natal. Disse ainda que foram adjudicados por ajustes diretos alguns serviços á empresa Prodígio Imparável, tendo verificado que um dos sócios da empresa, para além de ex-autarca, é trabalhador da Câmara Municipal, adiantou que tem conhecimento que já não faz parte da referida empresa, há relativamente pouco tempo, no entanto, não apaga o que está para trás, se de facto for verdade, embora não sendo jurista. entende que não é ético este comportamento. Questionou ainda se existe alguma alteração ao trajeto dos Passadiços para a Senhora da Piedade, porque vê apenas algumas obras no terreno e sobre a Regeneração Urbana na Lousã, perguntou aonde é que a Lousã vai ganhar população com a implementação destas reabilitações. A concluir, agradeceu o empenho do município na execução da Ponte do Boque e pela magnífica festa de inauguração que foi feita. -----

Margarida Correia interveio para referenciar a Construção do Centro de Recolha Animal, na Zona Industrial do Alto do Padrão, recordando que se trata do projeto vencedor da edição do ano de dois mil e dezassete do Orçamento Participativo. Considera que é uma infraestrutura com importância

mont of the second

no contexto atual das novas exigências trazidas pelas recentes alterações legislativas e também num contexto mais alargado de saúde pública e de bem-estar animal. Disse que teve conhecimento que houve um reforço ao nível do investimento por parte da autarquia, por isso, solicitou ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestasse mais algumas informações sobre este assunto.

Ana Paula Sançana começou por cumprimentar a todos com particular destaque ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio na qualidade de anfitrião a quem desejou votos de bom restabelecimento e agradecendo, igualmente, a receção que fez á Assembleia Municipal. Seguidamente, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação das obras da Escola Secundária, dado o estado de degradação do interior de algumas salas de aulas, que se encontram todas pintadas e riscadas e com escritos já há alguns anos o que denota que não tem sido feita a manutenção pontual. Em seguida, assinalou os vinte anos de atividade que a ACTIVAR tem desenvolvido no âmbito das suas competências, endereçando os parabéns e congratulou o Senhor Presidente da Câmara pelas reivindicações que tem desenvolvido no sentido de eliminar as portagens na A13. Disse que esta autoestrada nunca deveria ter sido portajada, por outro lado, tem conhecimento de notícias recentes que indicam a taxa de redução do pagamento, e por isso perguntou ao Senhor Presidente se iria continuar a lutar pela eliminação da taxa, uma vez que o concelho não tem sistema de mobilidade, nem estrada alternativa que ofereça condições de segurança ou de mobilidade mais rápida que a da Estrada da Beira. A concluir, e em nome do Grupo Municipal do PSD, disse que lamenta o falecimento de João Ataíde com quem teve oportunidade de privar enquanto Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz e na CIM-RC e que era uma pessoa de excelente trato e competente, pelo que deixou um bom legado.----

João Pedro Melo cumprimentando a todos, destacou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio dizendo que folga em vê-lo já recuperado e pronto para dar continuidade ao trabalho executivo. Relativamente á intervenção do público que veio falar sobre a luta que têm mantido da reversão da Junta de Freguesia de Vilarinho, disse que o PS está

Michael Comments of the Commen

de acordo com essa luta e sempre estive contra esta reorganização administrativa que o governo do PSD levou avante e tomada á revelia das populações onde apenas causou descontentamento, desertificação e sensação de abandono por parte das populações. Por esta razão, afirmou que as populações, periodicamente, fazem-se ouvir porque, querem ser representadas com mais proximidade e por isso, o PS defende a rápida reversão desta fusão concretizada no ano de dois mil e treze. Disse que, neste momento, já não existem dúvidas que a agregação foi desajustada e, por isso, o único caminho, é que o governo concretize medidas legislativas para voltarmos a ter a freguesia de Vilarinho. Em seguida, e em nome do Grupo Municipal do PS expressou o pesar pelo falecimento de João Ataíde das Neves, citando: "Deputado do PS eleito na Assembleia da República pelo círculo de Coimbra. Juiz Desembargador, unanimemente reconhecido pelas suas qualidades profissionais e humanas, destacou-se pela sua participação enquanto Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região Centro, Secretário de Estado do

Ambiente do vigésimo primeiro Governo Constitucional e Deputado da

Assembleia da República, sempre eleito pelo Partido Socialista. Cidadão

comprometido com os valores em que acreditava, relevante, muito especialmente enquanto responsável da CIM-RC, o grande contributo que

deu para o reforço de coesão deste território." A concluir enalteceu a

quantidade diversificada de eventos que decorrem no concelho com o apoio da Câmara Municipal e outras instituições e entidades que merecem

reconhecimento por todo o trabalho que desenvolvem com o objetivo de

promover o concelho, nomeadamente, pessoas anónimas que dão muito de

conceição Loureiro pediu a palavra ao Senhor Presidente da Mesa apenas para esclarecer enquanto docente na Escola Secundária da Lousã que concorda, apenas em parte, com as palavras proferidas por Ana Paula Sançana. Confirmou que algumas salas estão em péssimas condições resultado do desinvestimento na escola pública e a saúde também está parecida, mas para além disso, sublinhou que há falta de educação e caráter por parte de muitos alunos, porque as salas já foram pintadas desde há trinta anos para cá e os alunos continuam, militantemente, apesar de muitas vezes

My

serem penalizados, a escrever nas paredes e depois os responsáveis desistem de limpar.

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para prestar as informações e pedidos de esclarecimento que lhe foram dirigidos: começou por saudar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio por todo o empenho que tem demonstrado na busca de melhores soluções para a sua freguesia com o objetivo de responder às necessidades e expectativas da população. Sobre a Casa do Povo, recordou que houve perspetivas de resolução com o Instituto de Segurança Social, mas que até ao momento não foi bem-sucedido. Disse que a partir do momento da aceitação de algumas competências no âmbito do processo de descentralização a Câmara Municipal está a verificar a possibilidade através dessa competência que aceitou de poder assumir alguma posição relativamente àquele imóvel, sendo certo que o Estado, apesar de ter delegado a gestão dos espaços, não abdica da plenitude da propriedade e para se conseguir a gestão são necessárias, ainda, desenvolver algumas intervenções que estão a ser feitas no momento pela Câmara Municipal para que, pelo menos, se possa fazer uso do imóvel. Relativamente á Rua da Escola confirmou que é um objetivo e, algumas das verbas que a Câmara Municipal vai transferir para a Junta de Freguesia, destinam-se á concretização da beneficiação daquela via que serve as várias valências referidas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia. Relativamente á questão de toponímia informou que a Comissão Municipal de Toponímia, é que aprecia as sugestões, as propostas e recomendações e, caso Aires Ventura tenha esse entendimento relativamente á Praça Luís de Camões, poderá fazer chegar áquela Comissão Municipal de Toponímia essa recomendação, embora aquela atribuição já tenha sido feita há muitos anos atrás e por isso estranhar o facto de apenas agora ser colocada a questão. Quanto á cobertura da rede móvel na serra da Lousã informou que a Câmara Municipal tem intensificado junto das operadoras essa necessidade, já foi reforçada por uma operadora, no entanto, nunca será possível fazer uma cobertura plena num espaço com aquelas características. Sobre a plantação das árvores esclareceu que as várias ações desenvolvidas, têm sido vastas, nomeadamente, as ações de estabilização de emergência decorrentes dos incêndios ocorridos no ano de dois mil e dezassete e outras

Man

que têm a ver com estabilizações e melhorias que foram realizadas a vários níveis ao longo do Rio Ceira e na Mata do Sobral e, provavelmente, a notícia que leu referir-se-ia á generalidade da replantação, sendo que o número global ainda não foi atingido, umas já foram concretizadas, outras estão em vias de concretização, em tempo oportuno. As espécies utilizadas foram as que foram aprovadas pelas entidades competentes, nomeadamente, a Agência Portuguesa do Ambiente e POSEUR, entre outras espécies foram: freixos, sobreiros e pinheiros. Sobre as obras de requalificação em curso que não são necessárias, disse que gostaria de ter mais elementos para poder prestar esclarecimentos sobre a afirmação feita por Elsa Lopes, porque com base em comentários de rua não pode fundamentar e justificar as necessidades e intervenções que estão em curso. Afirmou que as obras que estão a ser executadas eram necessárias e foram devidamente ponderadas e projetadas. Relativamente ao alvará que diz respeito á alteração do loteamento da unidade comercial situada no lugar das Poças, afirmou que não dispõe, no momento, de elementos para responder em concreto á questão acrescendo ao facto desta matéria estar delegada no Vereador deste Pelouro e por essa razão os processos não passam no seu gabinete. Sobre a limpeza e pintura da via - Estrada Nacional 236 que liga às aldeias serranas, informou que a limpeza foi feita, mas a sinalização horizontal ainda não está executada. Sobre a sugestão apresentada de sentido único para aquela via, afirmou que não lhe parece viável, porque se trata de uma estrada de ligação inter concelhia. No entanto, a questão já se poderá ponderar para a estrada Cacilhas - EN 236, porque é uma situação diferente, e mais adequada, nomeadamente, no troço a partir da Casa das Hortas, até á Estrada 236 e o troço que passa pelo Casal Novo, Talasnal, Catarredor, Vaqueirinho. Adiantou ainda que esta situação já está a ser estudada pela Câmara Municipal e poderá ser uma das soluções a implementar no sentido de melhorar as condições e segurança na condução na serra da Lousã. Relativamente á reposição da Freguesia de Vilarinho informou que a posição da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho são conhecidas e convergentes, pelo que logo que sejam criadas as condições pelo Governo Central e Assembleia da República, dar-se-á o devido seguimento. Relativamente às obras na Escola Secundária confirmou que

Or Consol

existe a necessidade de intervenção e é um objetivo da Câmara Municipal que o Ministério da Educação concretize aquela intervenção que é da sua responsabilidade, motivo pelo qual tem desenvolvido contactos e reuniões com o Ministério da Educação e com a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Centro para este efeito. Adiantou que o Ministério da Educação não dispõe de verbas próprias para executar a obra pelo que será necessário encontrar a forma de obter fundos comunitários e afiançou que a Câmara Municipal irá continuar a lutar para que seja garantido o financiamento pelo regime overbooking. Relativamente ao valor da adjudicação das iluminações de Natal informou que, no momento, não dispõe de elementos que possa fornecer, mas irá solicitá-los aos serviços de aprovisionamento, recordando que já na sessão ordinária de dezembro a questão tinha sido colocada e havia informado que a adjudicação tinha sido feita a duas empresas. Confirmou que só a partir do dia um de fevereiro é que foram retiradas as iluminações, não por nenhuma razão em especial, apenas porque só nessa data a empresa teve disponibilidade para o fazer. Reparou que a Lousã não foi caso único, porque nessa mesma semana esteve em Lisboa e ainda havia iluminação de natal, bem como em outros concelhos por onde passou. Relativamente às contratações da empresa Prodígio Imparável, informou António José Gonçalves que poderá pedir mais informações através do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque a Câmara Municipal está á vontade para disponibilizar todos os procedimentos que foram feitos com esta e outras empresas e adiantou que nenhum membro do executivo participa em nenhum processo de contratação pública e a verificação das condições das empresas, em termos legais, são certificadas pelos serviços competentes da autarquia. Informou que não houve nenhuma mudança ao traçado dos passadiços da Senhora da Piedade e a execução da empreitada mantem-se sem qualquer alteração. Sobre a Ponte do Boque, frisou que foi este executivo que mandou executar a nova ponte sobre o Rio Ceira e que a inauguração foi, de facto, um momento importante, não sendo de bom-tom as afirmações proferidas por António José Gonçalves, sobre este processo. A obra do Centro de Recolha Animal é maior do que a proposta vencedora apresentada pelo Orçamento Participativo, atendendo aos requisitos e normas existentes, não obstante, teve o devido reconhecimento pela Câmara

Municipal, e, neste momento, encontra-se em execução. Relativamente á questão colocada por Ana Paula Sançana e que diz respeito ao estado em que se encontra uma sala de aulas da Escola Secundária disse que, no seu entendimento, tem a ver com disciplina e educação e não com a manutenção, conservação e obras que a escola necessita. Sublinhou, no entanto, que não é da responsabilidade da Câmara Municipal, mas sim do Ministério da Educação que por sua vez transfere verbas, eventualmente insuficientes, para a DGEstE/Agrupamento de Escolas da Lousã. Associou-se às felicitações apresentadas á ACTIVAR e aos vários atletas que com as suas prestações promovem de forma substantiva o concelho. Sobre a A13, afirmou que a Câmara Municipal, independentemente daquilo que foram as aprovações em Conselho de Ministros, continua a manter a reivindicação de abolição de portagens na A13 pelos mesmos motivos e por estes serem considerados bastante pertinentes. -----Elsa Lopes, usando o direito de palavra nos termos do artigo 31º do Regimento da Assembleia Municipal da Lousã e para ser mais específica quanto à sua intervenção anterior, esclareceu que as pessoas criticam a retirada da calçada na Rua do Comércio, sublinhou, no entanto, que nunca se manifestou contra as obras que estavam em curso, apenas deu conhecimento de comentários que lhe foram chegando até ao momento. ----O Senhor Presidente da Mesa interpelou dizendo que no ponto mais á frente o Senhor Presidente da Câmara teria oportunidade de comentar a afirmação. --António José Gonçalves disse que ao abrigo do artigo 33º do Regimento da Assembleia Municipal e, citando: "para salvaguarda da sua honra este é um local de debate de ideias e como tal, o Senhor Presidente da Câmara não tem legitimidade de lhe dizer o que deve ou não dizer, porque não admite que o faça dentro da sala".-----PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:-----1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira, (doc. nº 3

(três)).-----

Inscrições: Aires Ventura, Conceição Loureiro, Sérgio Pedroso, João Pereira, Joaquim Seco, Joel Fernandes, Ana Paula Sançana, Luís Martins e João Pedro Melo

atenção que a informação da Atividade Municipal deverá desenvolver mais conteúdo e não se limitar a tópicos das reuniões, especialmente aquelas que são de maior importância. Reiterou a questão colocada pelo BE, pediu mais esclarecimentos sobre a reunião com os CTT - Correios de Portugal, S.A., que considera um bem que a Lousã não pode perder, o conteúdo da reunião com a Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública na CIM-RC e concluiu reiterando a necessidade de informação contínua e transparente sobre o andamento do processo do Sistema de Mobilidade porque a população tem o direito de ser esclarecida. -----Sérgio Pedroso interveio dizendo que o PSD foi confrontado por vários munícipes que colocaram questões relativas á reabilitação dos passeios e obras degradadas, fora da vila, porque a população só vê obras no centro urbano, mas não as vê onde se sente mais prejudicada, nomeadamente, em outras artérias onde se verifica um grau de degradação em passeios e estradas e não se vislumbra intervenção por parte do município estando este a privilegiar o centro urbano em detrimento da periferia. Perguntou se estão a ser cumpridos os prazos das obras em curso, porque os comerciantes destas vias em reabilitação estão a ter um anormal funcionamento dos seus estabelecimentos e por conseguinte a serem prejudicados. Em relação às últimas notícias do Metro Bus, afirmou que o PSD enquanto Grupo Municipal com assento nesta assembleia nunca deixará de questionar porque lhe

parece que citando: "em relação a Coimbra, estes até já o sonham prolongar

até Condeixa". Seguidamente, e em análise ao quadro nº 11: Estrutura e

Evolução Patrimonial da Autarquia – Análise das Dívidas a Terceiros, disse que

é sempre bom verificar um decrescimento da dívida total no montante de EUR: 131. 037.00 (cento e trinta e um mil e trinta e sete euros), porém, ao analisar o referido Quadro verificou que não existe informação quanto á dívida a instituições de crédito a curto prazo. Quanto á gestão das prioridades disse ter verificado negativamente que o pagamento de dívidas a instituições de crédito a médio e longo prazo foi substancialmente reduzido em detrimento dos pagamentos a curto prazo, essencialmente, em relação a fornecedores, ou seja, dá ideia que o município anda mais preocupado com o pagamento á banca do que com os fornecedores.-----João Pereira começou por se congratular por poder verificar o interesse que o BE e a CDU manifestam em aceitar o Sistema de Mobilidade que neste momento é oferecido á população da Lousã. Apresentou felicitações ao Executivo Municipal pela inauguração da Ponte do Boque e questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o conteúdo da cerimónia de assinatura do contrato EEgrants "Rio Ceira". A concluir, disse que não viu plasmada na informação da Atividade Municipal uma ocorrência que se passou nos finais do mês de dezembro do ano passado, que foram as cheias no concelho, especialmente em Serpins, onde deixou um rasto de destruição. Recordou que esta tragédia foi substancialmente divulgada pelos meios de comunicação social e enunciou um conjunto de danos de maior relevância. Agradeceu publicamente o facto de que com a ajuda da Câmara Municipal e os Bombeiros Municipais de Serpins, ter sido possível, no dia seguinte a esta ocorrência, desbloquear as estradas obstruídas que dificultavam o acesso a algumas localidades. Afirmou ter conhecimento que os serviços da Câmara Municipal fizeram já o levantamento dos danos que foram remetidos para as entidades adequadas por isso, questionou o Senhor Presidente da Câmara se essas mesmas entidades já se pronunciaram sobre a forma de financiamento para a reconstrução das infraestruturas atingidas e, em caso negativo, atendendo a tratar-se do espaço de lazer e de turismo por excelência, daquela freguesia, se a Câmara Municipal em articulação com a Junta de Freguesia de Serpins, vai planear alguma intervenção. Apelou ao Executivo auxílio para a resolução deste assunto, porque os prejuízos são avultados e necessárias dezenas de mil euros para as obras de recuperação. -----

Media V

Joaquim Seco interveio para se referir á inauguração da Ponte do Boque com a qual se sente muito congratulado e disse que a população soube agradecer e reconhecer a importância da obra para aquela região. Recordou que o Senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção no local, disse que iria haver alguns ajustes nas obras e agradeceu, ainda, a António José Gonçalves a ajuda prestada e divulgação do evento de inauguração.---Joel Fernandes começou por se congratular também com a inauguração da Ponte do Boque, seguidamente fez uma referência ao Metro Bus e ao lançamento de um concurso público de uma fase da obra que já estava prevista recordando que o troço urbano de Coimbra faz parte da empreitada do Metro Bus. Afirmou ter sido um sinal positivo que demonstra que este processo continua em andamento e espera que seja um governo do Partido Socialista a concluir o projeto. Sobre as obras de regeneração urbana que estão a decorrer, enquanto munícipe e morador em uma das ruas que está a ser intervencionada, disse que ouviu por parte de muitas pessoas residentes e comerciantes a darem os parabéns pelas obras e até a colaborarem e, por isso, não se pode ter "audição seletiva". Afirmou que o centro urbano estava a precisar desta intervenção e considera que estas obras serão uma mais-valia para a Vila da Lousã e irão potenciar o desenvolvimento. Deixou um incentivo ao Executivo Municipal para que tenha especial atenção a mobilidade pedonal e transforme, cada vez mais, a Vila da Lousã num espaço agradável onde os cidadãos circulem com menos perigo e menor possibilidade de acidentes e por conseguinte que as ruas sejam cada vez mais bonitas. Referiu por último um projeto importante para o futuro que foi lançado pela autarquia e que tem a ver com a Educação, designado por "Lousã Recicla +".-----Ana Paula Sançana dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara perguntou em que consiste a candidatura apresentada ao POSEUR (Programa Eficiência Operacional Sustentabilidade e Uso de Recursos): no Controlo/erradicação de flora exótica invasora para a conservação de habitats e espécies da Mata do Sobral e também questionou sobre o FFP -Fundo Florestal Permanente: Realização de fogo controlado - CIM-RC, se quando é feita a seleção das parcelas, têm em linha de conta, não só as questões de perigosidade com os incêndios, como também se outras questões são levadas em consideração, pelas equipas que fazem este trabalho técnico

Min July

Rua da Graça, Rua dos Combatentes da Grande Guerra, Rua Dr. Henrique de

João Pedro Melo ao usar da palavra referiu-se às diversas intervenções e dinâmica levadas a cabo pela Câmara Municipal, desde a regeneração urbana, ás reuniões sobre o Metro Mondego, APIN, entre outras, que entende como relevante focar, porque é a visão integral e de futuro que a autarquia está a ter para resolver os problemas nestas áreas e vão motivar, a permanência e visita das populações e, ao mesmo tempo oferecer condições para usufruírem da serra e também, condições de mobilidade para se deslocarem ao Concelho da Lousã e por todos estes motivos, felicitou a Câmara Municipal, dizendo que se congratulava com esta visão de futuro. ----

\_\_\_\_\_

têm vindo a ser divulgadas pela comunicação social são suficientemente claras, contudo, esclareceu ainda que relativamente ao lançamento do concurso público na semana passada, em Coimbra, foi para resolver uma questão pendente que se arrastava já há longos anos e que este governo, através dos Ministérios das Infraestruturas e das Finanças, tornou possível esta resolução que diz respeito, concretamente, á via central entre o Largo do Bota a Baixo e a Rua da Sofia, com a demolição de alguns imóveis e adaptação do espaço para a travessia das composições que vão circular no Sistema de Mobilidade do Mondego, empreitada esta que demorará ainda alguns meses. Adiantou que foi um momento importante e revelador que há compromisso e empenho por parte do governo na concretização do projeto. Sublinhou que o troço entre Serpins e Alto de S. João, não tem nada a ver com este concurso e encontra-se em andamento, ainda não existindo obras no terreno, porque a empresa que ficou em segundo lugar no concurso público, depois de adjudicada a obra, interpôs uma providência cautelar que já foi apreciada pelo Tribunal e recusada liminarmente, contudo, essa mesma empresa entendeu recorrer e por isso, neste momento, estão a decorrer os prazos legais. Manifestou o desejo para que a decisão do Tribunal seja rápida a fim de se avançar para a execução da obra e dessa forma oferecer mais garantia e tranquilidade às pessoas. Disse que está tudo preparado para o lançamento do concurso público para o troço Alto de São João – Portagem, sendo a prioridade, reiterou o troco entre Serpins – Coimbra. Acrescentou ainda que todo o processo de sustentabilidade será mais valorizado com o projeto executado na sua plenitude, até pelo potencial de procura que terá dentro da própria cidade. Confirmou que já foi solicitado pela CDU, em sessões anteriores da assembleia, mais conteúdo na informação da Atividade Municipal, e que poderá ser melhorada, ainda que de forma sintética, especialmente no que diz respeito às reuniões que terão mais interesse para o concelho. Deu nota que teve reuniões com os CTT, quer no âmbito do funcionamento da APIN quer relativamente á necessidade de reforço de recursos humanos, prestação de serviços e distribuição postal da loja dos CTT, na Lousã. Sobre as reuniões com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, informou que foram reuniões de trabalho sobre diversas questões que dizem respeito às empreitadas com as obras necessárias á

implementação do sistema de mobilidade, acrescentando que já estão a ser desenvolvidos vários trabalhos que dizem respeito á exploração que envolvem várias entidades, como: as Câmaras Municipais de Lousã, Miranda do Corvo e Coimbra, a CIM-RC, CP e IP. Das reuniões que teve com a Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, que detém entre outras, a pasta das Autarquias Locais, destacou como principais assuntos: o ponto de situação sobre os processos de descentralização, e a perspetiva de desenvolvimento futuro, o Fundo de Emergência Municipal, quer relativamente á ocorrência da tempestade Leslie, no ano de dois mil e dezoito, quer á depressão Elsa, do passado mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, entre outros assuntos. Sobre a falta de reparação de passeios e vias na periferia do concelho, comparativamente ao investimento que está a ser feito no centro da Vila da Lousã, reiterou uma informação importante que já foi prestada em outros momentos, e que pelos vistos ainda não foi devidamente convincente e esclarecedora. Aproveitou a questão colocada e o momento para frisar que as obras que estão a ser executadas no centro urbano da Vila da Lousã, dentro da área de reabilitação urbana, estão a ser feitas através de candidaturas a fundos comunitários que só podem ser aplicados naquele espaço específico, não sendo possível aplicá-los em outras intervenções ainda que se entendam como necessárias. Disse que o município tinha outras intervenções previstas, mesmo dentro da área de reabilitação urbana, mas selecionou estas como mais prioritárias em função do volume de financiamento comunitário dado não ser suficiente para outras intervenções que ficarão, eventualmente, para uma segunda fase e existirão sempre necessidades de intervenção em outras áreas e haverá sempre reivindicações por parte das pessoas, porque isso é absolutamente normal. Relativamente ao andamento das obras de regeneração urbana, informou que a empreitada maior que compreende as intervenções nas vias: Rua Dr. Pires de Carvalho, Rua do Comércio, parte da Rua General Humberto Delgado, Rua dos Combatentes da Grande Guerra e Largo da Graça, está a decorrer mais lentamente do que o desejado dadas as características desta obra, nomeadamente, as intervenções no subsolo e articulação com outras entidades, como sejam as da rede de gás e comunicações. Disse que não há falta de informação no documento da Atividade Municipal no que respeita a

Microny

dívidas de curto prazo, porque a Câmara Municipal não tem operações de curto prazo com entidades bancárias. No que respeita á diminuição da dívida de médio e longo prazo, informou que os pagamentos a fornecedores, mantem-se abaixo do que está estipulado pela lei em vigor. Confirmou que a Freguesia de Serpins, neste ciclo autárquico, tem sido particularmente penalizada, desde logo com os incêndios de outubro do ano de dois mil e dezassete, e depois de concluída a recuperação de infraestruturas públicas e apoio á recuperação de habitações, surgiu a depressão Elsa no passado mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, que teve um grande impacto nesta freguesia, mas também no restante concelho. Informou que a Câmara Municipal efetuou o levantamento que foi encaminhado, através da CIM-RC, para o Ministério da Modernização Administrativa e da Administração Pública, e situa-se na ordem dos dois vírgula seis milhões de euros de prejuízos apurados no Concelho da Lousã, sendo uma parte substantiva de danos causados na Frequesia de Serpins. Reiterou as palavras de João Pereira, dizendo que, efetivamente, sem apoio, nomeadamente, através do Fundo de Emergência Municipal – FEM, vai ser mais difícil á Câmara Municipal dar uma resposta adequada no que respeita à recuperação que é necessária executar. Adiantou que ainda não sabe se vai haver apoio, e, em caso afirmativo, quanto e quando, nem sabe como, contudo, na reunião que teve em janeiro com a Senhora Ministra da Administração Administrativa e da Administração Pública, percebeu que esta estava bem consciente da necessidade de reforçar o FEM, a fim de dar resposta pelo menos em cerca de sessenta por cento, porque neste momento a verba inscrita no FEM não é suficiente, sublinhou que estando desejoso que este reforço se verifique, não pode confirmar se vai ser concretizado. Relativamente á cerimónia de assinatura, no passado dia dezoito do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, do contrato EEgrants "Rio Ceira" disse que vai permitir fazer intervenções de várias tipologias no Concelho da Lousã, de jusante para montante, Góis, Arganil e Pampilhosa da Serra. Disse que, oportunamente, será submetido à apreciação e votação desta Assembleia Municipal. Informou que os municípios, de comum acordo, decidiram que a operacionalização será delegada na CIM-RC, atendendo ao facto de ser um projeto intermunicipal, a fim de permitir uma maior uniformização e articulação mais facilitada. Relativamente às

considerações feitas sobre a alteração do pavimento na Rua do Comércio e na Rua Dr. Pires de Carvalho, esclareceu que atendendo á obra de infraestruturação de redes de água e saneamento, a calçada teria sempre de ser removida. O projetista entendeu optar por aquele tipo de pavimento, porque está comprovado por vários especialistas que, comparativamente com a calçada, este tipo de soluções que a Câmara Municipal está a adotar são mais seguras, confortáveis e mais adaptadas á mobilidade de todos. Mais do que opções de estética ou de gosto, as escolhas são feitas em função da oferta de segurança e conforto da circulação dos espaços e adaptadas a outras funções e usos que não só a circulação. Relativamente ao projeto "Lousã Recicla +" disse que compreende um conjunto de ações que têm como objetivo a sensibilização e educação ambiental para a prevenção e redução da produção de resíduos e preparação para reutilização e reciclagem e que a Câmara Municipal investiu ainda em equipamentos com vista ao aumento da quantidade e qualidade da reciclagem multimaterial. A candidatura do fogo controlado é desenvolvida no âmbito da CIM-RC. O plano de fogo controlado foi apresentado prévia e devidamente aprovado pelo ICNF. Na sequência dos efeitos devastadores dos incêndios florestais que ocorreram no período de junho a outubro do ano de dois mil e dezassete, a Mata do Sobral, no âmbito de uma candidatura ao POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, teve que ser readaptada á realidade que foi originada pelo fogo e fixaram-se como principais desafios, por um lado, detetar, controlar, erradicar e prevenir a flora exótica invasora e, por outro, definir ações de conservação e valorização do património florestal biótico, designadamente de educação ambiental. Quanto às espécies exóticas invasoras, as evidências que decorrem de metodologias de instalação de parcelas experimentais, apontam para o crescimento do número de exemplares e sua difusão espacial face à situação anterior ao incêndio. Estão em curso no território ações concretas como a instalação de uma rede planeada, segundo um traçado que pode ser utilizado nas ações de educação ambiental a desenvolver no território, o que permitirá acompanhar a evolução da renovação da Mata: rebentação, ações de controlo/erradicação de plantas invasoras, plantações de novas parcelas com plantas nativas, observação e compreensão da importância da floresta



nativa na propagação dos incêndios florestais, através da incursão nas parcelas não queimadas. Disse ainda tratar-se de um projeto piloto articulado entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Serpins e ainda outras entidades para diferentes tipos de ações. Deu ainda conhecimento á assembleia de todas as empreitadas que se encontram em curso e aquelas que entretanto terão início, todas elas financiadas por fundos comunitários cuio investimento não poderia ser executado para outro tipo de intervenções.

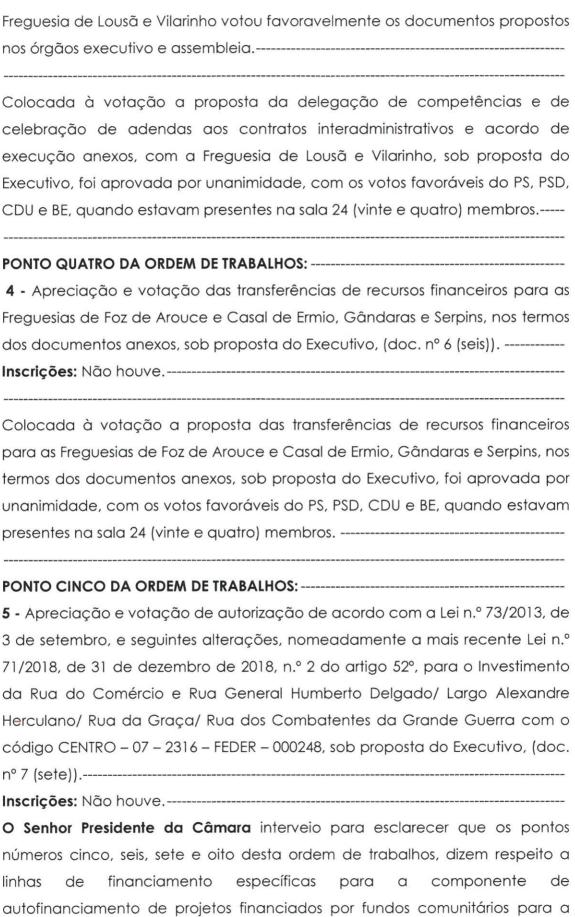
cujo investimento não poderia ser executado para outro tipo de intervenções. PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----2 - Apreciação e votação de autorização da delegação de competências e de celebração das respetivas adendas aos contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio, Gândaras e Serpins, sob proposta do Executivo, (doc. nº 4 (quatro)).-----Inscrições: Não houve. -----O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra apenas para dizer que a Câmara Municipal faz o esforço possível para a transferência de verbas para as freguesias, entendendo que quem recebe parece-lhe sempre pouco, e para quem faz a transferência, é um esforço. Disse ainda que houve um aumento na transferência em cerca de vinte e cinco por cento de acordo com as necessidades das frequesias e as possibilidades por parte do Executivo Municipal. -----Colocada à votação a proposta de autorização da delegação de competências e de celebração das respetivas adendas aos contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio, Gândaras e Serpins, nos termos dos documentos anexos, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala 23 (vinte e três) membros. --PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----3 - Apreciação e votação da delegação de competências e de celebração de adendas aos contratos interadministrativos e acordo de execução anexos, com a Freguesia de Lousã e Vilarinho, sob proposta do Executivo, (doc. nº 5 (cinco)).----

June 1

Inscrições: Helena Correia. -----

Helena Correia interveio para fazer uma apreciação deste ponto da ordem de trabalhos e que diz respeito á delegação de competências para a Freguesia de Lousã e Vilarinho, a fim de que não subsistam quaisquer dúvidas nem questões relativamente a este processo. Disse que a Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho não aceitou a delegação de competências para os anos de dois mil e dezanove e dois mil e vinte e que esta não-aceitação foi um processo pensado e responsável de gestão da freguesia, aprovado pelo executivo e assembleia de freguesia. Entretanto, os valores que a Junta de Freguesia contratualizou com a Câmara Municipal não são aqueles que gostariam de ter para uma gestão sustentável, responsável e eficiente, no entanto, foram os valores possíveis que foram, igualmente, aprovados pelo executivo e assembleia de freguesia. Será assim com estes valores e o fundo próprio que irá gerir os trabalhos nesta "mega freguesia" durante o ano. Seguidamente, sublinhou que estiveram sempre na primeira linha na defesa da desagregação da Freguesia de Vilarinho e que foi um processo que lhes foi imposto, entende que não é lógico, nem faz muito sentido, sobretudo pela falta de proximidade, porque o território é grande, contudo, sempre assumiram a totalidade como um todo e cada um dos lugares tem igual importância, pelo que é importante que a população do Boque, Vilarinho e Vale Maceira, não se sintam isoladas. Reiterou que, desde o primeiro ano, têm defendido a necessidade da desagregação das freguesias e defendeu esta posição no congresso da ANAFRE, que teve lugar no mês de janeiro. Afirmou ainda que tudo têm feito para minimizar a eventual sensação de desconforto por parte da população quer pela qualidade do serviço prestado, quer pela frequência com que é executado. Informou que o posto dos Correios de Vilarinho, vai ser informatizado, a partir do meio do mês de março, e irá oferecer exatamente as mesmas condições e os mesmos serviços que a loja da Lousã. Mais do que esta oferta de serviços, disse, é a consciência de que têm uma responsabilidade social para com as pessoas de Vilarinho que se viram privadas de alguma proximidade. Concluiu dizendo que, pela adenda aos contratos interadministrativos, a aprovar, pode-se verificar que se tentou encontrar o equilíbrio entre Lousã e Vilarinho, motivo pelo qual a Junta de





Micon The same of the same of

Colocada à votação a proposta de autorização de acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e seguintes alterações, nomeadamente a mais recente Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro de 2018, n.º 2 do artigo 52º, para o Investimento da Rua do Comércio e Rua General Humberto Delgado/ Largo Alexandre Herculano/ Rua da Graça/ Rua dos Combatentes da Grande Guerra com o código CENTRO – 07 – 2316 – FEDER – 000248, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala 23 (vinte e três) membros. -------

## PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

### PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

**7 -** Apreciação e votação de autorização da contratação do empréstimo de médio e longo prazo - Centro - 07-2316-FEDER-000249-04645 até ao valor de

Media J



EUR. 70.000,00 (setenta mil euros), para a requalificação da Praça Cândido
dos Reis, sob proposta do Executivo, (doc. nº 9 (nove))
Inscrições: Não houve
Colocada à votação a proposta de autorização da contratação do empréstimo de médio e longo prazo - Centro – 07-2316-FEDER-000249-04645 até ao valor de EUR. 70.000,00 (setenta mil euros), para a requalificação da
Praça Cândido dos Reis, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro) membros.
PONTO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS:
<b>8 -</b> Apreciação e votação de autorização da contratação do empréstimo de médio e longo prazo - Centro – 07-2316-FEDER-000251-04653 até ao valor de EUR. 98.916,40 (noventa e oito mil, novecentos e dezasseis euros e quarenta cêntimos) para a requalificação da Praça Luís de Camões e Rua Dr. Henrique de Figueiredo, sob proposta do Executivo, (doc. nº 10 (dez))
Inscrições: Elsa Lopes:
Elsa Lopes interveio para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se as ruas intervencionadas, vão ou não, ter colocação de parquímetros  O Senhor Presidente da Câmara disse que, neste momento, é extemporâneo responder á questão com objetividade, dado que o assunto está em análise
Colocada à votação a proposta de autorização da contratação do empréstimo de médio e longo prazo – Centro – 07-2316-FEDER-000251-04653 até ao valor de EUR. 98.916,40 (noventa e oito mil, novecentos e dezasseis euros e quarenta cêntimos) para a requalificação da Praça Luís de Camões e Rua Dr. Henrique de Figueiredo, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro)) membros. ————————————————————————————————————
PONTO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS:
9 - Apreciação e votação de celebração de Contrato Interadministrativo de

Delegação de Competências a celebrar com a Comunidade Intermunicipal

Might A

Municipais, de comum acordo, decidiram delegar na CIM-RC.-----

### PONTO DEZ DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

10 - Apreciação e votação de celebração de um Protocolo com a APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A. e com os restantes municípios que integram a Empresa, tendo como objetivo disponibilizar à APIN-E.I.M., S.A. todos os recursos e meios necessários para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, mediante contrapartida de pagamento de compensação financeira e durante o primeiro semestre de 2020, sob proposta do Executivo, (doc. nº 12 (doze)). -----

Inscrições: Luís Martins e António José Gonçalves.-----

Luís Martins interveio para dizer que o objetivo do Protocolo será disponibilizar á Empresa Intermunicipal, todos os recursos e meios necessários para a prestação de serviços de Água, Saneamento e Gestão de Resíduos Urbanos durante o primeiro semestre do ano de dois mil e vinte, mediante uma contrapartida financeira. Disse que a compensação financeira é calculada tendo como base a estrutura de custos de todos os municípios reportados à ERSAR, entre os anos de dois mil e quinze a dois mil e dezoito e atualizado para

os valores do ano de dois mil e vinte, com uma base média simples dos anos reportados em conjugação com as taxas de inflação vigentes nesses mesmos anos, o que representam o valor mensal para a totalidade dos municípios de EUR: 141.701.00 (cento e guarenta e um mil setecentos e um euros). Adiantou que para repartir a compensação por município, tem-se em consideração o número médio de alojamento com serviço reportado à ERSAR exatamente nos anos de dois mil e quinze a dois mil e dezoito que totalizam cinquenta e quatro mil e cinquenta alojamentos com este serviço. Para o Município da Lousã, representa nove mil cento e vinte e dois alojamentos com serviço e aplicando uma regra de três simples teremos uma compensação financeira mensal de EUR: 23.914.00 (vinte e três mil novecentos e catorze euros). Referiu, ainda, que a repartição financeira mensal associada a esta prestação dos serviços, exclui o pessoal, os contratos de serviço em Alta e a Energia. -----António José Gonçalves começou por dizer que o Grupo Municipal do PSD vota favoravelmente a proposta apresentada, no entanto, questiona que tipo de cedências estão previstas, nomeadamente: os meios, recursos humanos e viaturas, entre outros. Questionou, ainda, se os trabalhadores da Câmara Municipal que vão ser disponibilizados para a APIN, passam a pertencer ao Quadro de Pessoal daquela empresa ou se daqui a seis meses a assembleia estará a apreciar um novo protocolo. Aproveitou o momento para dar nota á assembleia que alguns munícipes estão indignados pelo facto de a Câmara Municipal ter cedido os dados pessoais dos consumidores á empresa intermunicipal sem prévia consulta dos interessados, não observando com isto o previsto no RGPD. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que este protocolo tem a ver com a prestação de todos os recursos e meios necessários para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, mediante contrapartida de pagamento de compensação financeira e durante o primeiro semestre do ano de dois mil e vinte. Este protocolo refere-se aos meios logísticos, a saber: equipamentos, viaturas, e espaços que a Câmara Municipal disponibiliza á APIN, para que esta possa dar resposta às tarefas que lhe foram delegadas pelos onze municípios. Quanto aos trabalhadores, informou que o processo é

a Micoury

tratado por acordo de cedência e não está incorporado neste agora proposto. -----

### PONTO ONZE DA ORDEM DE TRABALHOS: ------

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu dizendo que o pedido da declaração de reconhecimento da Casa-atelier do pintor Carlos Reis, vulgo "Casal da Lagartixa", como de interesse municipal para as populações e para a economia local, diz respeito á possibilidade de colocar este imóvel á submissão de uma candidatura para obtenção de fundos comunitários, sem

The state of the s

\_\_\_\_\_

### PONTO DOZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

Sérgio Pedroso interveio dizendo que aquando da apreciação do processo de transferência dos serviços de água, saneamento e resíduos sólidos do município para a APIN, verificou que o mapa de pessoal na altura previa duzentos e quarenta e seis trabalhadores e por isso estranha o facto de agora, pese embora haja transferência de recursos humanos, em vez do mapa diminuir, ainda aumenta em cerca de vinte e oito postos de trabalho, passando para duzentos e setenta e quatro. Afirmou que esta situação é perfeitamente anómala e, independentemente das justificações que forem dadas o Grupo Municipal do PSD, não pode concordar com esta disparidade.

Disse ainda que é sempre bom criar postos de trabalho, mas, também, é importante salvaguardar a posição dos munícipes que não se vêm salvaguardados com um alívio no pagamento dos seus impostos.-----O Senhor Presidente da Câmara começou por apresentar desculpas pelo erro constatado no Mapa de Pessoal, mas que as correções introduzidas foram no seu essencial, a introdução de dois postos de trabalho na área da fiscalização que não estavam, indevidamente, contemplados no mapa de pessoal apresentado em dezembro do ano de dois mil e dezanove. Esclareceu ainda o Senhor António José Gonçalves que de acordo com a análise dos serviços o Manual de Funções não tem que acompanhar o Mapa de Pessoal, porque se assim fosse, estaria anexado a este documento. Relativamente ao número de lugares, esclareceu que, desde sempre, o Mapa de Pessoal contempla lugares criados, ocupados e a ocupar, não significando com isto que tenham que ser preenchidos. A Câmara Municipal, em função das necessidades e possibilidades financeiras faz a necessária ponderação e gestão de recursos. -Colocada à votação a proposta do Mapa de Pessoal para o ano 2020, após ter sido alvo de correção e sob proposta do Executivo, foi aprovada por maioria, com 19 (dezanove) votos favoráveis do PS, CDU e BE, e 5 (cinco) abstenções do PSD, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro) membros.----PONTO TREZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----13 - Apreciação e votação de autorização da Contratação de apólices de seguros, ao abrigo do Acordo Quadro nº 07/2018, da CIM-Região de Coimbra, sob proposta do Executivo, (doc. nº 15 (quinze)). -----Inscrições: Não houve.-----

Market

O Senhor Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que todas
as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam
produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos
favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e
quatro membros
Nada mais havendo a tratar, o <b>Senhor Presidente da Mesa</b> , depois de terem
assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram
vinte e uma horas e vinte minutos
O Presidente da Mesa,
Carlos Alberto Seco Lopes
Carlos Seco
O 1º Secretário,
Mário Alves Maduro
A 2ª Socretária
rais again mardis
Maria Aldina Martins